

Economia em Brasil ritmo lento

por Célia de Gouvêa Franco
de São Paulo

Pelo menos um dos objetivos de curto prazo do Plano Verão foi alcançado. Os primeiros trinta e poucos dias desde a sua edição pelo presidente José Sarney foram marcados por uma significativa redução no nível de atividades da economia — um ponto considerado essencial pelo governo como forma de ajudar a conter as pressões inflacionárias.

Essa semiparalisação da indústria e do comércio foi provocada por razões basicamente conjunturais, como a demora no acerto sobre preços e deflator entre os fornecedores e seus clientes e a atração exercida pelo mercado financeiro, com suas taxas de juro muito elevadas inibindo o consumo e o investimento.

Provavelmente em mais algumas semanas, porém, esse quadro deverá estar alterado, com os empresários tendo encerrado suas negociações e voltado a faturar normalmente e os juros em patamares mais baixos do que agora. Isso não significará, no entanto, que a economia vai passar a ter um ritmo mais rápido de atividades.

Além das medidas apenas conjunturais de contenção, o Plano Verão traz embutido um caráter recessivo de mais longo prazo que, acoplado a fatores independentes de qualquer programa governamental, deve manter a economia no mínimo em estagnação neste ano.

O aspecto mais grave dessas previsões é que, se confirmadas, significarão que o País enfrentará o segundo ano consecutivo sem crescimento econômico algum — o que tende a agravar em 1989 as consequências sociais desse processo. O nível de emprego, por exemplo, manteve-se

(Continua na página 5)

NÍVEL DE ATIVIDADES

Economia em ritmo lento

por Célia de Gouvêa Franco
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

razoável em 1988, apesar da desaceleração da economia, mas seria pouco provável que essa situação se repetisse este ano. E mesmo as mais otimistas estimativas governamentais — de que o Produto Interno Bruto (PIB) poderá crescer 1% até dezembro — excluem a possibilidade de aumento na renda per capita, já que a população está crescendo mais do que esses duvidosos 1%.

Crescimento zero da economia no ano passado e neste representaria um aumento — insuficiente — de 7,4% da renda per capita em 10 anos, de 1980 até 1989.

Certamente um dos lados do Plano Verão de maior impacto em termos de esfriamento da economia será a austeridade fiscal proposta pelos ministros da área econômica.

O anúncio feito na última quarta-feira pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, de que os gastos do Orçamento da União terão um corte adicional de NCz\$ 8,5 bilhões, significará cancelamento ou redução de encomendas e compras feitas pelo governo junto ao setor privado. Ou seja, parte do que as empresas privadas contavam produzir neste ano para atender o consumo governamental terá outro destino. Os empresários terão de reduzir sua produção ou encontrar outros compradores, que já andavam escassos.

CREDITOS

Além disso, o nível de atividades econômicas deve manter-se contido também por causa das restrições aos financiamentos oficiais. Uma primeira manifestação — de crítica — neste sentido já ocorreu na última semana. A Federação das Indústrias no Estado de São Paulo (FIESP), que à semelhança de todo o empresariado tanto reclamou cortes no déficit público, aplaudiu na quinta-feira os resultados favorá-

veis do desempenho do Tesouro Nacional em janeiro, mas lamentou a queda na liberação de financiamentos às exportações e agricultura. A redução no volume desses créditos também deve contribuir para dificultar a manutenção das atividades em níveis maiores.

Nem mesmo as exportações devem ser uma alternativa muito animadora neste ano. O volume de exportações, na verdade, tende a se manter alto mas não deve haver crescimento em relação ao ano passado, quando as vendas ao exterior ultrapassaram os US\$ 34 bilhões. E foi o aumento nas exportações que impediu uma recessão forte no ano passado.

Também não existem razões concretas para se esperar um crescimento na demanda interna. Provavelmente, o ritmo de investimentos na economia vai se manter muito baixo — no ano passado, ficou em cerca de 16% do PIB, de acordo com as últimas estimativas — mesmo porque os empresários vão esperar uma definição das eleições presidenciais para deslanchar ou não seus projetos de ampliação dos negócios.

CRUZADO

Contra as previsões de que poderá haver a curto prazo um alento na economia jogam ainda as estatísticas referentes aos dois "choques" econômicos anteriores decretados pelo governo Sarney. Nos dois casos — os planos Cruzado e Bresser — o primeiro impacto das medidas foi exatamente a queda nos indicadores de atividades. Em 1986, a economia estava em crescimento acelerado, com taxas de expansão industrial acima de 10% ao ano quando o Plano Cruzado foi anunciado — e mesmo assim em março, o mês seguinte à sua edição, esse índice apresentou uma queda de 3,73%. Um ano depois, o Plano Bresser jogou as taxas de produção industrial algo acima de 5% em termos anuais para uma redução de 4 a 6%.